



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

084

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0193912-6

COMARCA : Petrolina – 2ª Vara Criminal
APELANTE : João Bosco Amorim Almeida
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

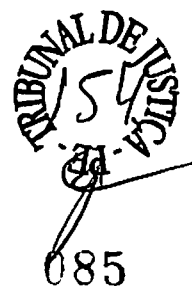
EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÂNSITO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. RÉU QUE CONFESSOU O DELITO EM JUÍZO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXACERBAÇÃO DA REPRIMENDA. OCORRÊNCIA. AJUSTE DA DOSIMETRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não merece reforma e, conseqüentemente, absolvição do réu, a sentença condenatória que encontra harmonia com as provas carreadas aos autos, principalmente com a confissão do próprio acusado em Juízo.

II – Não se mostra exacerbada a pena-base fixada em 01 (um) ano de detenção e definitiva de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção, por infração ao art. 303, parágrafo único, c/c o art. 302, parágrafo único, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, após efetiva análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, devidamente fundamentadas, e que não foram favoráveis ao acusado.

III – Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0193912-6**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de *junho* de 200*1*0.

[Assinatura]
Presidente

[Assinatura]
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

086

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0193912-6

COMARCA : Petrolina – 2ª Vara Criminal

APELANTE : João Bosco Amorim Almeida

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

João Bosco Amorim Almeida foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 303, parágrafo único¹, da Lei 9.503/97, acusado de, ao conduzir o veículo Kadette ter atingido a vítima Terezinha Maria de Carvalho, causando-lhe as lesões descritas no Laudo Traumatológico de fls. 09, fato este ocorrido no dia 09.06.2004, por volta das 15:30 horas, na Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, município de Petrolina.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado, nos termos da denúncia, à pena de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção, a ser cumprida em regime aberto, sendo a pena privativa de liberdade substituída por 02 (duas) restritivas de direitos, consistente em prestação pecuniária à vítima, no valor de 12 (doze) salários mínimos, em até 12 (doze) prestações mensais e proibição de frequentar bares e casas de show pelo mesmo período da condenação, conforme sentença de fls. 93/98.

Inconformado, o acusado apelou da decisão (fls. 101), oferecendo razões recursais às fls. 102/103, alegando que a sentença é

¹ Art. 303 - Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único - Aumenta-se a pena de um terço à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do parágrafo único do artigo anterior.

(Parágrafo único - No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;

III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;

IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

087

manifestamente contrária à prova dos autos, e que a pena foi fixada bem acima do mínimo legal cominado ao delito, demonstrando-se exacerbada, pugnando pela sua absolvição e, subsidiariamente, pela fixação da pena-base no mínimo legal, excluindo-se, também, a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único², do art. 303, do Código de Trânsito Brasileiro.

O representante do Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação, rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso em todos os seus termos (fls. 129/132).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos (fls. 141/145).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, *ex vi* do disposto no art. 610³, do Código de Processo Penal.

Recife, 27 de outubro de 2009.


Des.^a Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

² Art. 303 - Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:
Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único - Aumenta-se a pena de um terço à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do parágrafo único do artigo anterior.

(Parágrafo único - No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;
II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;
III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;
IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.)

³ Art. 610. Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de habeas corpus, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

0.8
088

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0193912-6

COMARCA : Petrolina – 2ª Vara Criminal
APELANTE : João Bosco Amorim Almeida
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO - MÉRITO

Insurge-se, o recorrente João Bosco Amorim Almeida, contra a sentença condenatória do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina que o condenou à pena de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção, por infração ao art. 303, parágrafo único, c/c o art. 302, parágrafo único, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, alegando que a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos, e que a pena foi fixada em *quantum* exacerbado, bem acima do mínimo previsto no art. 303, do CTB, haja vista a inocorrência de circunstâncias desfavoráveis ao apelante, pugnando pela sua absolvição e, subsidiariamente, pela fixação da pena-base no mínimo legal.

A materialidade do delito encontra-se satisfatoriamente demonstrada no exame de corpo de delito (fls. 09) e nas fotografias de fls. 23/25.

A autoria, por sua vez, é inconteste, tendo em vista que o recorrente, ao ser interrogado em juízo, confessou os fatos narrados na denúncia, ao afirmar (fls. 40):

“(...) que o interrogando nunca foi preso nem processado antes; que no dia do fato transitava em seu veículo Kadet na Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, quando ao ultrapassar outro veículo, colheu a vítima no meio da pista; que no momento do acidente, a vítima estava sozinha; que o carro a ser ultrapassado vinha devagar; que ele não percebeu a vítima, já que o veículo a ser ultrapassado impediu a sua visão; (...)”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

089

Deste modo, comprovada a materialidade do delito e a autoria atribuída ao recorrente, a pretendida absolvição não merece guarida.

Com relação ao pedido subsidiário de redução da pena, melhor sorte não assiste à defesa.

Ao fixar a pena-base em 01 (um) ano de detenção, o juiz sentenciante fundamentou sua decisão nos seguintes termos:

"(...) Atento ao que dispõe o art. 59 do já citado Diploma legal, passo a dosar-lhe a reprimenda penal.

*O réu é primário; sem antecedentes criminais; culpabilidade evidenciada; os motivos e as circunstâncias do crime lhe são desfavoráveis, pois o fato ocorreu em uma via de muita movimentação de pedestres; a vítima de certa forma contribuiu para o fato, já que pela idade deveria andar em companhia de alguém; as consequências foram de certa forma graves, já que ficou incapacitada por mais de 30 dias, eis que fixo a pena base em 01 (um) ano de detenção, cumulada com a **suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de dois anos (art. 303 do CNT).***

*Reconheço a circunstância atenuante da confissão, diminuindo a pena em 03 (três) meses, inexistindo agravantes e causa de diminuição, aplico a causa de aumento de pena decorrente da omissão de socorro, em 1/2, **tornando em definitivo a pena de 01 (um) ano 01 mês e 15 dias de detenção**, a ser cumprida em regime aberto na cadeia pública local ou outro estabelecimento pena a critério do Juízo das Execuções Penais. (...)"*

Observa-se que o juiz sentenciante, ao fixar a pena-base em 01 (um) ano de detenção, assim o fez após criteriosa análise das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

090

circunstâncias judiciais previstas no art. 59⁴, do Código Penal, principalmente pelo fato de as circunstâncias judiciais analisadas não terem sido favoráveis ao recorrente, o que autoriza a majoração da pena no patamar aplicado.

Ressalte-se, ainda, que o legislador conferiu discricionariedade ao Juiz para aplicar a pena dentro dos limites determinados em abstrato para cada delito, o quanto baste para a prevenção e reprovação do crime, o que, *in casu*, ocorreu.

Ante o exposto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso.**

Recife, 06 de Janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

⁴ **Fixação da pena**

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.